

SUMÁRIO

COLOCAÇÃO DO TEMA

- 1 Escolha do tema..... 21
- 2 Limites e objetivo deste estudo 22

Capítulo I PROLEGÔMENOS

- 1 Origem..... 25
- 2 Os decretos-leis e as medidas provisórias..... 27
- 3 Inspiração no modelo italiano..... 29
- 4 Necessidade de um instrumento normativo excepcional 31

Capítulo II NATUREZA JURÍDICA

- 1 As medidas provisórias são leis ou atos administrativos? 35
- 2 As medidas provisórias na classificação das funções do estado proposta por Otto Mayer 41

Capítulo III PRESSUPOSTOS PARA EDIÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

- 1 Considerações iniciais 43
- 2 Caracterização do pressuposto da relevância..... 45
- 3 Caracterização do pressuposto da urgência 48

Capítulo IV LIMITES À EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

- 1 Considerações gerais 53
- 2 A dissensão doutrinária no que tange aos limites deste Instituto..... 55
- 3 Limites implícitos estabelecidos pelo Poder Constituinte Originário à edição de Medidas Provisórias 57

4	Modificações implementadas pela Emenda Constitucional 32, de 11.09.2001 ao regime jurídico das Medidas Provisórias	65
4.1	Considerações iniciais	65
4.2	Limites normativos à atuação do legislador ordinário e reformador..	67
4.3	Ponderações gerais sobre a Emenda Constitucional 32, de 11.09.2001	71
5	As Medidas Provisórias como instrumento de introdução de normas tributárias antes e depois da Emenda Constitucional 32, de 11.09.2001....	79
5.1	Instituição ou majoração de tributos sujeitos ao princípio da anterioridade.....	79
5.2	Os impostos previstos no art. 153, I, II, IV e V da Constituição Federal.....	85
5.3	Os empréstimos compulsórios instituídos para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou na sua iminência	87
5.4	Os impostos extraordinários (CF, art. 154, II).....	89
5.5	As contribuições sociais destinadas a financiar a seguridade social, previstas no art. 195 da Constituição Federal.....	92
5.6	A posição do Supremo Tribunal Federal sobre a possibilidade de se instituir ou majorar tributos por meio de Medidas Provisórias antes da edição da Emenda Constitucional 32, de 11.09.2001	93
6	Medidas Provisórias em matéria penal – antes e depois da Emenda Constitucional 32, de 11.09.2001	96
7	O limite contemplado no art. 246 da Constituição Federal.....	99
7.1	O limite estabelecido pela Emenda Constitucional 6, de 15.08.1995... ..	99
7.2	A alteração implementada pela Emenda Constitucional 32/2001 ...	101
8	A reedição de medidas provisórias antes e depois das modificações implementadas pela Emenda Constitucional 32, de 11.09.2001	101
8.1	O entendimento doutrinário	101
8.2	A posição do Supremo Tribunal Federal acerca da possibilidade da reedição de medidas provisórias antes da edição da EC 32/2001	108
8.3	A reedição de Medidas Provisórias após a Emenda Constitucional 32, de 11.09.2001	109

Capítulo V

A CONVERSÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS EM LEI

1	Poder de emenda.....	111
2	Espécie normativa a que são convertidas as Medidas Provisórias.....	112
3	Impossibilidade da conversão de Medida Provisória viciada em Lei válida	113

Capítulo VI

A EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

1	Perda da eficácia.....	115
2	Medida Provisória revoga lei anterior incompatível?.....	116
3	Regulamentação das relações jurídicas resultantes da rejeição de medida provisória antes e depois da edição da EC 32/2001.....	118

Capítulo VII

RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR PREJUÍZOS CAUSADOS PELAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

1	Considerações preliminares.....	123
2	A atividade legislativa no sistema jurídico vigente.....	124
3	Responsabilidade do poder executivo por danos causados pela edição de medidas provisórias inconstitucionais.....	126
4	Responsabilidade do Estado por prejuízos decorrentes de medida provisória constitucional danosa.....	133

Capítulo VIII

POSSIBILIDADE DE OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS EDITAREM MEDIDAS PROVISÓRIAS

1	A posição da doutrina.....	139
2	A edição de medidas provisórias pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	140
3	A posição do Tribunal de Justiça de São Paulo.....	141

Capítulo IX

CONTROLE JUDICIAL DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

1	O princípio da acessibilidade ampla ao Poder Judiciário.....	143
2	Possibilidade de apreciação pelo Judiciário dos pressupostos da “relevância” e “urgência”.....	144

CONCLUSÕES	149
-------------------------	-----

REFERÊNCIAS	159
--------------------------	-----

ANEXOS	165
---------------------	-----

Constituição Federal antes da edição da EC 32/2001.....	167
---	-----

Constituição Federal depois da edição da EC 32/2001.....	168
--	-----

Resolução 1, de 1989-CN.....	170
------------------------------	-----

Resolução 2, de 1989.....	174
---------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO	175
--------------------------------	-----